

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA E FILANTRÓPICA DE SANTARÉM- PARÁ

THE INSERTION OF SOCIAL SERVICE IN BASIC EDUCATION: EXPERIENCE OF A PRIVATE AND PHILANTHROPIC EDUCATIONAL INSTITUTION IN SANTARÉM- PARÁ

LA INSERCIÓN DEL SERVICIO SOCIAL EN LA EDUCACIÓN BÁSICA: EXPERIENCIA DE UNA INSTITUCIÓN EDUCATIVA PRIVADA Y FILANTRÓPICA EN SANTARÉM- PARÁ

Beatriz Gomes Rabelo¹
Lorena Guimarães Ferreira Honorato²
Ivone Domingos e Silva³

RESUMO: Esse artigo buscou analisar o assistente social inserido em uma instituição de ensino privada e filantrópica do município de Santarém- Pará, seus benefícios e desafios profissionais. Para entender este processo será realizada uma revisão bibliográfica das relações que o permeiam e dos indivíduos envolvidos, como a instituição familiar, que em conjunto com os alunos formam a comunidade escolar, além de um breve histórico acerca da evolução da área educacional. A metodologia de pesquisa abordou aspectos qualitativos e quantitativos, com a abordagem hipotético-dedutiva. Os dados citados no trabalho foram obtidos através de uma entrevista com a profissional de Serviço Social do Colégio Santa Clara, possibilitando identificar o seu perfil, suas principais contribuições e dificuldades, bem como a caracterização do público atendido, as maiores demandas e quantitativo de beneficiados com o programa de assistência estudantil. Tal experiência evidencia a importância e necessidade da presença do assistente social na escola, sendo uma das ferramentas que implicam diretamente no desenvolvimento do estudante.

Palavras-chave: Assistente Social. Serviço Social. Educação.

ABSTRACT: This article sought to analyze the social worker inserted in a private and philanthropic educational institution in the municipality of Santarém- Pará, their benefits and professional challenges. In order to understand this process, a bibliographic review of the relationships that permeate it and the individuals involved will be conducted, such as the family institution, which together with the students form the school community, as

¹ Graduanda em Serviço Social pelo Centro Universitário Luterano de Santarém. biagomesstm@hotmail.com.

² Orientadora- Mestra em Promoção de Saúde pela Universidade Adventista de São Paulo-UNASP. Especialista em Gestão de Políticas de Saúde Informada Por Evidências pelo Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa- IEP/HSL. Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Luterano De Santarém.

³ Co-orientadora- Mestra em Planejamento e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará. Docente do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Luterano De Santarém.

well as a brief history about the evolution of the educational area. The research methodology approached qualitative and quantitative aspects, with a hypothetical-deductive approach. The data cited in the work were obtained through an interview with the Social Service professional at Santa Clara College, enabling the identification of her profile, her main contributions and difficulties, as well as the characterization of the public assisted, the greatest demands and the quantity of those benefited by the student assistance program. This experience highlights the importance and necessity of the social worker's presence in the school, as one of the tools that directly imply in the student's development.

Keywords: Social Worker. Social Work. Education.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar el trabajador social insertado en una institución educativa privada y filantrópica del municipio de Santarém- Pará, sus beneficios y desafíos profesionales. Para comprender este proceso, se realizará una revisión bibliográfica de las relaciones que lo impregnan y de los individuos implicados, como la institución familiar, que junto con los alumnos forman la comunidad escolar, así como una breve historia sobre la evolución del espacio educativo. La metodología de investigación abordó aspectos cualitativos y cuantitativos, con un enfoque hipotético-deductivo. Los datos citados en el trabajo fueron obtenidos a través de una entrevista con la profesional del Servicio Social del Colegio Santa Clara, permitiendo identificar su perfil, sus principales aportes y dificultades, así como la caracterización del público atendido, las mayores demandas y la cantidad de beneficiados por el programa de asistencia estudiantil. Esta experiencia pone de manifiesto la importancia y la necesidad de la presencia del trabajador social en la escuela, como una de las herramientas que implican directamente el desarrollo del alumno.

Palabras clave: Trabajador Social. Servicio Social. Educación.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo principal analisar o processo de inserção e intervenção do Serviço Social na educação básica na esfera particular e filantrópica, bem como conhecer quais as contribuições advindas com a inserção do assistente social na educação de nível básico no município de Santarém-Pará, realizando um levantamento histórico da filantropia, além de identificar os maiores desafios encontrados no dia a dia profissional.

A sistematização é resultado do estágio curricular do Curso de Serviço Social, onde foi observada a necessidade de registrar esta área de atuação, que não é tão comum no município.

Tal tema é de extrema importância, pois há a possibilidade de contribuição para o conhecimento acerca da inserção e atuação profissional no município, servindo como base

para as demais instituições que ainda não contam com esse tipo de profissional. Os dados foram obtidos através de entrevista com a assistente social responsável pelo setor de Serviço Social do Colégio Santa Clara.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos. Em primeiro lugar é abordado à temática da família e sua contribuição na educação, com uma revisão bibliográfica acerca das configurações das famílias e a sua importância. O segundo capítulo faz um histórico da educação em nosso país, da Política Nacional de Educação, além de tratar sobre a filantropia. No terceiro contextualiza-se o Serviço Social no Brasil, sua inserção na área educacional e atuação desse setor em uma instituição particular e filantrópica da cidade. O quarto capítulo refere-se à metodologia adotada e seus aspectos. Ao final são analisados e discutidos os dados obtidos na pesquisa.

2 FAMÍLIA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA EDUCAÇÃO

2.1 Família e suas múltiplas configurações

A família é a “unidade básica do relacionamento humano, influenciada pela cultura na qual está inserida, constituindo-se em um sistema interativo, sendo mais do que a soma de uma série de comportamentos individuais” (GAZZANA E SHIMIDT, 2015, p.1006). Nota-se então que a esta tem grande significado, principalmente para o sujeito, pois é a base, ou seja, as outras relações surgem a partir daqui.

Visto que a família passou por inúmeras transformações na história é necessário analisar as alterações ocorridas ao longo dos anos na legislação brasileira, assim os autores Christiano e Nunes (2013, p.37-38) ressaltam que:

Em 1916, a Constituição tratava a família nos moldes patriarcais [...]. Já em 1937 [...] os filhos legítimos e os ilegítimos passam a ter os mesmos direitos. Com a Constituição Federal de 1988 as alterações passam a ser maiores: [...] reconhece a família de forma mais ampla, modificando sua concepção de família centrada apenas no casamento, assegurando uma maior proteção ao casamento, à união estável, e às famílias monoparentais. [...] o divórcio passa a ser simplificado, trazendo preocupação com a dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável.

Nesse contexto destacaram-se as modificações em termos de lei em nosso país, assegurando direitos e ampliando o termo família.

Christiano e Nunes (2013, p.38) ainda afirmam que desenvolvimento da sociedade, gerou novos modelos familiares, e em consequência a família nuclear foi aos poucos

deixando de ser dominante, na atualidade são encontradas múltiplas estruturas familiares. Outros autores também refletem sobre tal problemática, conforme é citado abaixo.

As inúmeras mudanças e transformações dos séculos XX e XXI produziram reflexos nas relações familiares, intensificando novos e variados arranjos familiares, bem como as concepções de conjugalidade e parentalidade. Na contemporaneidade, o que vai identificar a família já não é mais a celebração do casamento ou do envolvimento de caráter sexual, e sim o afeto que permeia o relacionamento. A afetividade será o principal sentimento a sustentar a formação dos relacionamentos conjugais (SOUZA, BELEZA E ANDRADE 2012, p.110).

Desta maneira vemos que durante o período referido houve intensas mudanças nas composições familiares, ou seja, nos critérios responsáveis por classificá-las.

Por sua vez, Christiano e Nunes (2013) exemplificam algumas das novas configurações, como: nuclear, patriarcal, monoparental, casais sem filhos; unipessoais, extensas, homoafetiva, consensuais, e por associação.

Tendo em vista a instituição familiar como um determinante para a vida do indivíduo, é importante a reflexão das várias configurações familiares, realizar tal análise é essencial para compreender situações e comportamentos dos seres sociais.

2.2 A importância da família para educação

Assis (2017) diz que a família “apresenta-se como a matriz da aprendizagem humana, repleta de significados e práticas culturais singulares, geradoras de modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva”. Podemos verificar o quão determinante essa unidade é, sendo que ela é a primeira que temos contato, responsável por moldar nosso de vida.

Algumas pesquisas destacam que “o acompanhamento da vida escolar dos filhos pelos pais, segundo estudos, é um fator importante para a aprendizagem e para o sucesso acadêmico de crianças e jovens” (POLONIA e DESSEN, 2005; MARQUES, 2002 apud FEVORINI e LOMONÂCO, 2019, p.76). Deste modo percebe-se o quanto é essencial à participação familiar no contexto educacional, para o desenvolvimento do estudante, trazendo inúmeros benefícios, pois eles se sentem valorizados através desse acompanhamento.

Desta maneira torna-se evidente que a maior contribuição da família é justamente ligada as questões de participação na instituição escolar, tendo em vista que isso influencia de forma direta o desempenho dos alunos.

3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

3.1 Breve histórico pré e pós Constituição Federal De 1988

Dentz e Silva (2013) relatam que a Educação surgiu em meados de 1549 com a Companhia de Jesus, que tinha a missão de escolarizar, com moldes da educação europeia, período de que permaneceu por aproximadamente 210 anos, até meados de 1759, momento em que os jesuítas foram expulsos do Brasil.

Saviani (2013, p.37-38) faz um breve histórico sobre a questão educacional abordada nas constituições brasileiras, para compreender melhor a atual:

A primeira Constituição brasileira, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824 [...] estipulando [...] que a Instrução primária é gratuita a todos os cidadãos [...]. [...]nossa segunda Constituição, a primeira do regime republicano, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, também se limitou a enunciar apenas um Princípio Educacional, neste caso, o da laicidade [...]. A nova Constituição republicana aprovada em 16 de julho de 1934 foi a primeira a destinar todo um capítulo à questão educacional, [...]também definiu como atribuição da União a fixação das diretrizes da educação nacional e a criação do Conselho Nacional de Educação com a tarefa precípua de elaborar o Plano Nacional de Educação [...]. A Constituição de 10 de novembro de 1937 manteve a competência conferida à União de traçar as diretrizes da educação nacional dando-lhe, porém, um novo enunciado e ampliando sua abrangência [...].A Constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro de 1946 retomou, de certo modo, a sistemática iniciada com a Constituição de 1934 e interrompida com o advento do Estado Novo [...]. A Constituição baixada pelo regime militar, em 24 de janeiro de 1967, manteve o dispositivo que atribui à União a competência para legislar sobre as RBPAE - v. 29, n.2, p. 207-221, mai/ago. 2013 213 diretrizes e bases da educação nacional [...].A Constituição de 1969, formalmente Emenda Constitucional n. 1, de 17 de novembro de 1969 [...] , manteve os mesmos dispositivos relativos à educação acima indicados, introduzindo apenas algumas mudanças de redação [...].

Nesse sentido nota-se que houve uma evolução do tema nas constituições, onde cada uma teve sua relevância e contribuiu de forma significativa para a “Constituição Cidadã” que temos atualmente.

No Brasil a educação passou a ser reconhecida após a promulgação da Constituição Federal de 1988, fato descrito no artigo 6º, de maneira mais detalha o que Art. 205º diz que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, este último por sua vez é reproduzido no Estatuto da Criança e Adolescente.

A Constituição Federal de 1988, no capítulo próprio da educação, criou as condições para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394/96, que define em seu art. 21 que a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental

e ensino médio. Em seu art. 22 dispõe sobre as finalidades da educação básica, sendo elas: desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Esta mesma legislação foi revisada pela Lei nº 12.796 de 2013 e no art. 29 descreve a educação infantil, como a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

E o art. 32 da Lei nº 11.264 de 2006 (Redação da Lei nº 9.394/96) estabelece que o “ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão”. Conforme a Redação da Lei nº 9.394/96 o “ensino médio é etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos”.

Além disso, temos o Capítulo V- art. 58 a 60 da Lei 9.394/96 que falam sobre a Educação Especial, que “é uma modalidade da educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentem necessidades especiais (MARTINS, 2012, p.186)”.

A Lei 9.394/96 diz que o Plano Nacional de Educação (PNE) seria elaborado pela União, com colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal. Todavia apenas em 2001 foi aprovada a sua primeira versão. O atual Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) foi aprovado 2014, com duração de 10 anos, ou seja, irá vigorar até 2024, e começou a ser elaborado ainda em 2011. (INSTITUTO BRIDGE, 2020).

3.2 A Filantropia Na Educação

O cenário da filantropia passou por alterações durante a década de 1990, principalmente nos padrões de intervenção estatal, resultantes dos desdobramentos assumidos pelas relações sociais capitalistas consubstanciadas pelo neoliberalismo.

As reformas introduzidas a partir de então provocaram mudanças significativas nas relações entre o Estado e a sociedade, onde “o Estado não deve, nem pode, ser mais o grande responsável pelo bem-estar social, então, define-se, como estratégia prioritária para atender as expressões da questão social à parceria entre o Estado e a sociedade civil (SILVA E GOMES, 2011, p.6)”.

Ainda Silva e Gomes (2011) destacam que tais reformas promoveram a expansão do Terceiro Setor, onde as respostas à questão social deixam de ser pensadas no plano da implementação de políticas universais, como direito, para serem substituídas por práticas focalistas, voluntárias, filantrópicas.

A expansão das instituições filantrópicas foram legitimadas pela Lei 9.394/1996, mas especificamente em seu artigo 20, revogado pela Lei nº 13.868/ 2019 que afirmam que as instituições privadas podem ser certificadas como filantrópicas.

A Lei 12.101/2009 estabelece critérios para concessão de bolsas parciais e totais de estudos nessas instituições, como o perfil socioeconômico que beneficiado deve possuir, esta análise trata de uma competência do Assistente Social, presente no artigo 4º da Lei nº 8.662/93.

Entretanto as atribuições do Serviço Social não se resumem somente a um programa de assistência estudantil, a partir do momento em que o profissional é inserido ele é capaz de visualizar outras demandas pertinentes a sua atuação profissional.

4 CONTEXTUALIZANDO O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

4.1 A inserção do Serviço Social na educação

Segundo Campos et. al (2012) a presença do/a assistente social na área da educação ocorre desde a origem dos processos sócio históricos constitutivos da profissão, ou seja, a partir da década de 1930, ou seja, esteve presente desde a gênese do Serviço Social.

Oliveira et. al (2016) diz que os pioneiros do Serviço Social escolar surgiram no ano de 1946 em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Em meados da década de 70 o Serviço Social ainda era subordinado ao Estado, legitimando o sistema, somente após o Movimento de Reconceituação houve o rompimento com o Serviço Social conservador e tradicional, que intervenção no contexto educacional ganhou novas perspectivas, principalmente na década de 80.

Conforme Campos et. al. (2011) na década de 90, em acordo com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, visualiza-se no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação.

De acordo com Oliveira et. al (2015) ao longo dos anos os congressos de Serviço Social vêm destacando a importância da atuação profissional, em consequência no ano de 2000 foi elaborado o parecer jurídico 23/2000 sobre a implantação do Serviço Social em

escolas de ensino fundamental e médio. Na contemporaneidade a luta pela efetivação legitima-se pela real necessidade de um profissional habilitado para trabalhar as múltiplas expressões da questão social. Os autores ainda destacam que:

O Serviço Social deve construir um perfil ativo na política educacional, conquistando espaços, protagonizando ações que possibilitem intervenções profissionais criativas, propositivas, estratégicas, ousadas, destemidas e comprometidas com a transformação social. (OLIVEIRA ET. AL, 2015, P.125).

O profissional de Serviço Social é responsável pela construção do seu perfil profissional, pelo qual há possibilidade de atuação em novos espaços ocupacionais com intervenções eficazes.

Desta maneira podemos perceber a relevância da inserção desse profissional no campo educacional, gerando inúmeras contribuições tanto para os estudantes, quanto para as instituições no qual estão presentes, pois é um instrumento para viabilização de direitos.

Martins (2012, p. 154) diz que o papel educativo do assistente social é “no sentido de elucidar, desvelar a realidade social em todos seus meandros, socializando informações que possibilitem à população ter uma visão crítica que contribua com sua mobilização social visando à conquista de seus direitos”.

No ambiente escolar, o assistente social pode atuar em todos os níveis da educação básica, sendo que:

A presença do serviço social na educação infantil e especialmente nas creches é decorrente da trajetória histórica da constituição das creches na sociedade brasileira, que sempre esteve atrelada à área da assistência social; portanto, os assistentes sociais possuem uma longa experiência profissional nesse contexto. O que caracteriza a função atual da Educação Infantil é a integração entre educação e assistência social, articulando o ato de educar ao ato de cuidar (MARTINS, 2012, p.142).

Nesta óptica quando é referido a educação infantil, percebe-se que a presença do profissional está ligada ao seu contexto histórico e ao fato da assistência social estar presente nesse processo.

Em relação ao ensino fundamental Martins (2012) relata que este em suas vivências passou a ter várias expressões da questão social, acentuadas e pela conjuntura sociocultural e política atual, que altera o ambiente educacional exigindo a contribuição de outros profissionais que, articulando saberes, possam dar respostas às demandas postas nas instituições educacionais, o que inclui a profissão de Serviço Social.

Santos (2012) afirma que essa inserção do assistente social nas escolas privadas e/ou filantrópicas tem sido motivadas por alterações na legislação, principalmente no processo

de inscrição e renovação de Certificação às Entidades Beneficentes de Assistência Social – (CEBAS), tais mudanças referem-se a concessão de gratuidade de bolsas, pois a Lei 8.662/93 em Art. 4º. Dispõe sobre as competências do Assistente Social, entre elas está a de realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefício e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Nesse cenário o Serviço Social:

vem conquistando o seu espaço junto a esta realidade em escolas privadas e/ou filantrópicas por meio de implantação, monitoramento, avaliação e coordenação de Projetos Sociais, os quais possam atender às demandas inerentes ao público escolar (SANTOS, 2012, p.14).

O autor destaca ainda que o trabalho do assistente social vai muito além de avaliações socioeconômicas ou desenvolvimento de projetos sociais, abrangendo também outras demandas.

Nesta perspectiva Santos (2012) entende que o Serviço Social é importante para contribuir não somente com as situações cotidianas, advindas das questões sociais, mas através da mobilização social da comunidade escolar, colabora no processo de democratização da educação, com vistas ao fortalecimento da Gestão Escolar.

3.2 O trabalho do Assistente Social articulado às famílias e a escola

De acordo com Souza e Oliveira (2021) a escola é considerada um dos principais equipamentos sociais, pois não está relacionada somente à relação professor e aluno e sim professor, aluno, famílias e todos os profissionais que atuam na instituição e comunidade. Tal ambiente é de extrema relevância para as relações sociais.

Ainda Souza e Oliveira (2021, p.8) destaca a atribuição do assistente social de “fazer mediações entre o/a aluno/a x escola, estas intervenções estão relacionadas às infrequências e evasão escolar, violência doméstica, negligência, trabalho infantil, alcoolismo, drogadição”.

O assistente social, por exemplo, tem atuado na assistência estudantil, voltada para diversos segmentos de alunos, na dinamização dos debates sobre temas transversais trabalhados na escola, entre outros, conforme Lessa (2013), que também descreve a seguinte vivência:

Com base em nossa experiência profissional acrescentamos que temos também importante papel na construção de análises mais totalizantes em torno das expressões da questão social nos espaços educacionais, de modo a problematizar a percepção dos atores que ali atuam e formam sobre a família contemporânea, sobre as condições de aprendizado dos estudantes, suas condições de vida e trabalho, sua percepção sobre a escola e suas condições de permanência (e identificação) neste ambiente.

É notório que o olhar do assistente social faz toda a diferença na vida familiar e escolar, pois é o profissional responsável por analisar o todo, identificando as problemáticas existentes.

Na opinião de Santana (2019) a inserção desse profissional é muito relevante, porque eles lidarão com as questões sociais que por sua vez perpassam o contexto escolar e suas relações complexas devem servir de bússola para que se percebam a real necessidade e importância do (a) profissional.

4 O COLÉGIO SANTA CLARA

O Colégio Santa Clara é uma instituição educacional particular e filantrópica, dirigido pela Rede de Educação SMIC (Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus). Tal congregação tem como fundadores Dom Amando Bahlmann, com auxílio de Elizabeth Tombrock (Madre Imaculada), juntamente com e de quatro religiosas da Ordem das Concepcionistas, do Rio de Janeiro. A Madre tinha anseio para se dedicar à área da educação, pois era professora, na região não havia escolas para atender os mais necessitados, como crianças pobres e órfãs.

O Santa Clara nasce então no dia 11 de Agosto de 1913, a partir de 2011 a escola estava sob nova direção, que é a atual, a Rede de Educação SMIC (Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição). Atualmente, atua na Educação Básica, atendendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Como missão visa contribuir com a formação integral da pessoa por meio de uma educação de qualidade, numa perspectiva evangélico-libertadora, assumindo compromisso com a vida e com a transformação da sociedade.

MÉTODOS

O presente estudo foi através de uma pesquisa quali-quantitativa. Marinho (2015) ressalta que anteriormente as pesquisas eram apenas qualitativas, que impossibilitavam a generalização de resultados, apesar de serem amplas, e quanto às quantitativas,

responsáveis por gerar as quantidades, estatísticas, não abrangiam os aspectos desejáveis em pesquisas dessa natureza. Desse modo se alcança a qualidade que após a descrição pode ser quantificada, ou seja, subtende-se que não se pode quantificar sem antes qualificar. A escolha para esse de pesquisa se deu pelas possibilidades oferecidas pela combinação de ambos os tipos, tornando o estudo o mais completo.

Como método de abordagem adotado usou-se o hipotético-dedutivo. Segundo Mezzaroba (2019) este associa o procedimento racional e experimental, onde o pesquisador pode adotar um ponto de vista de sua pesquisa distinto da sua base ou dos teóricos que trabalham a problemática, tais pontos podem assumir a forma de hipóteses que podem ser comprovadas ou não.

A pesquisa teve sua aplicação no setor de Serviço Social do Colégio Santa Clara, localizado na Avenida São Sebastião, número 799, no bairro de Santa Clara, esta é uma instituição educacional privada e filantrópica, dirigido pela Rede de Educação SMIC (Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus).

Assim sendo, este estudo baseou-se nos atendimentos realizados nos últimos três anos pelo setor. Para isso a assistente social do colégio foi entrevistada diretamente por meio de um questionário com perguntas abertas e fechadas. A instituição autorizou a participação da profissional, que por sua vez aceitou ser o sujeito voluntário desta pesquisa, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido, que oferece uma segurança maior ao entrevistado, expondo o que seria abordado no estudo, com a ciência de funcionamento e da forma em que os dados obtidos foram trabalhados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo foi realizada com uma assistente social de uma instituição privada e filantrópica do município de Santarém, no qual foi aplicado um questionário, composto por dezessete (17) perguntas objetivas e subjetivas, para o levantamento de pertinentes à questão da inserção do assistente social na educação. É importante ressaltar que para fins de preservação da identidade, optou-se por siglas para abreviar o termo Assistente Social da Instituição Privada e Filantrópica, ficando descrito como ASIPF, até para facilitar quando for feita a referência a sua pessoa.

Em um primeiro momento vamos analisar o profissional de assistente social presente na instituição, através dos indicadores de gênero e idade. A ASIPF é do gênero

feminino, fato este que evidencia a tendência histórica da profissão, conforme os gráficos (1 e 2) apresentados pelo autor Tenório et. al (2005, p.18-19). Com relação à idade, a entrevistada possui 41 anos, e segundo a pesquisa do mesmo autor a faixa etária mais concentrada é a entre 35 e 44 anos.

Gráfico 1 - Perfil Geral: sexo

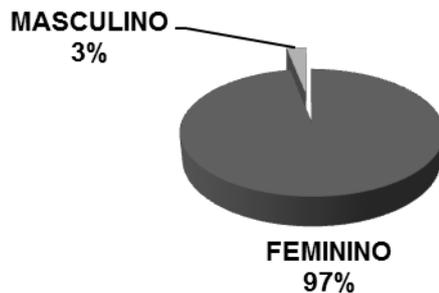
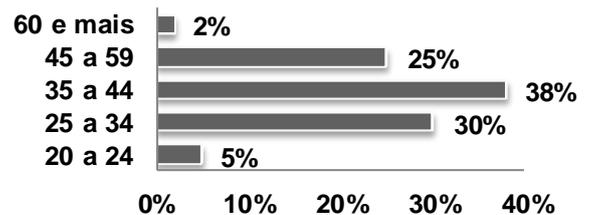


Gráfico 2 - Perfil Geral: idade



Fonte: RABELO BG, 2022; TENÓRIO ET. AL, 2005.

A assistente social que atua na entidade privada de ensino, trabalha aproximadamente 12 anos, com vínculo empregatício CLTista, com carga horária de 30h semanal, tal redução é uma luta de categoria de acordo com Prada e Garcia (2017), mas não corresponde ao aumento do quadro profissional.

Quanto à formação, a profissional finalizou o Curso de Bacharelado em Serviço Social no ano de 2005, tendo duração de quatro anos, em uma instituição privada, possuindo pós-graduação. No levantamento feito por Tenório et. al (2005, p.32) visualiza-se que a maioria dos profissionais de Serviço Social possui apenas a graduação, apenas 1/3 da categoria continua sua formação com a pós graduação, sendo uma opção mais acessível que mestrado/ doutorado/ pós-doutorado. Pelas características de formação apresentados, a entrevistada encaixa-se nesse perfil.

Dentre os instrumentais utilizados, destacam-se: entrevista, relatórios, visitas, observação, trabalhos em grupos, reunião, atas, livros de registro, parecer, estudo e laudo social. Oliveira et. al. (2018, p.441) ressaltam que esses instrumentais são as ferramentas de trabalho de todos os assistentes sociais, de sua área de atuação, sendo que quando forem utilizados devem possuir independente a intencionalidade para se alcançar os objetivos da ação.

Além disso, faz parte de uma equipe multidisciplinar composta pela psicologia e pedagogia, e de uma equipe de inclusão, com professores da assistência de educação

especial (AEE) e psicopedagogia, contando com os profissionais já citados anteriormente. Piana (2009) ressalta que o Serviço Social Escolar atua em conjunto com equipe multidisciplinar especializada, resultando na integração entre os alunos, família e escola para o desenvolvimento escolar social do estudante.

Ainda foram feitos alguns questionamentos sobre a opinião da profissional sobre a inserção e atuação do assistente social na educação, seus desafios e a relevância da sua presença perante a instituição. A questão da inserção e atuação “deve ser pensada sem romantização, e ainda mais vista/visualizada durante a academia, quanto à práxis profissional do Serviço Social na educação” (ASIPF, 2022).

Diante dos fatos citados, um dos maiores desafios existentes é “a compreensão dos demais profissionais da educação quanto ao fazer profissional da assistente social no âmbito escolar”. Enquanto a instituição/gestão percebe-se a sua valorização e importância, sendo inserida e contribuindo com as seguintes equipes: técnica diretiva, multidisciplinar, inclusão, AEE, além da coordenação do Programa de Assistência Educacional (PAE).

Nota-se então que o trabalho do assistente social é pautado em grupos, articulado com outros profissionais da instituição, a autora Piana (2009) destaca que isto gera a produção de novas alternativas de intervenção.

Os atendimentos realizados pelo setor de Serviço Social são referentes aos alunos e a comunidade escolar (família e estudantes), conforme a Tabela 1. O público, que pode ser atendido pela profissional refere-se ao número total de alunos, já a comunidade escolar em média seria formada pela multiplicação desse total por três, considerando os pais/família como componentes. Os dados obtidos são referentes ao primeiro semestre de 2022.

Tabela 1: Público e quantitativo de pessoas atendidas em 2022

TIPO DE PÚBLICO	NÚMERO DE PESSOAS
ESTUDANTES	930
COMUNIDADE ESCOLAR	2790

Fonte: RABELO BG, 2022.

Ademais, serão mencionados dados para a caracterização dos alunos, como a faixa etária, sexo e nível de ensino mais atendido pelo setor de Serviço Social (Tabela 2). Para fins de entendimento denomina-se demanda do programa, aquela cujos atendimentos referem-se somente ao programa da assistência estudantil, ou seja, da concessão de bolsas. A demanda espontânea é formada pelos atendimentos realizados no dia a dia.

Em relação à faixa etária de idade o setor atende pelo programa em maior número os níveis fundamentais e o médio, justamente os quais as bolsas são destinadas, o sexo do público atendido varia entre o masculino e feminino. O serviço advindo do âmbito escolar como um todo tem sua maior procura também nos níveis fundamentais, com inclusão da educação infantil, neste as maiores solicitações são feitas por parte do sexo feminino.

Tabela 2: Tipo de atendimento, faixa etária, sexo e nível de ensino em 2022

ATENDIMENTO	FAIXA ETÁRIA	SEXO	NÍVEL DE ENSINO
DEMANDA DO PROGRAMA	06 A 16 ANOS	Masculino e Feminino	Fundamental I e II, Ensino Médio.
DEMANDA ESPONTÂNEA	03 A 16 ANOS	Feminino	Educação Infantil, Fundamental I e II.

Fonte: RABELO BG, 2022.

O PAE atende anualmente certo número de estudantes, determinado pelo quantitativo de matrícula de alunos pagantes, em seguida serão apresentados dados referentes aos últimos três anos, de acordo com os dados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3: Alunos beneficiados pelo PAE nos últimos três anos

ANO	NÚMERO DE BENEFICIADOS
2020	172
2021	170
2022	188

Fonte: RABELO BG, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do assistente social no campo educacional é de extrema importância, sua atuação profissional está diretamente ligada o contexto familiar, sendo que esta relação desempenha a educação perpassou por um processo evolutivo, até que em certo momento da história cruzou o caminho com a filantropia e a expansão do terceiro setor, atuante no combate das sequelas da questão social, com incentivos estatais. O Serviço Social desde os primórdios esteve presente na educação, ainda que diretamente ligado ao estado, tal mudança foi efetivada após a sua Reconceituação. A práxis profissional vai muito além da filantropia, pois este profissional contribui para o enfrentamento das várias expressões sociais que podem prejudicar o estudante, e é responsável pela viabilização dos direitos das crianças e adolescentes, evidenciando que a atuação desse profissional vai além de

programas de assistência, fato proporcionado pela experiência descrita. De acordo com o levantamento realizado por Oliveira (2017) as principais demandas do Serviço Social são: a ampliação/garantia do acesso/permanência à educação, execução de programas e projetos institucionais, ajustamento de condutas e comportamentos dos usuários, gestão institucional, supervisão de estágio, educação popular e ações assistencialistas, confirmando a existência da necessidade do profissional para outros fins. Tendo em vista que esta temática ainda é pouco abordada no meio científico, espera-se que o estudo possa contribuir na elaboração de outros trabalhos, servindo como uma forma de embasamento.

REFERÊNCIAS

ASSIS ML. Relação família-escola: educação dividida ou partilhada. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. Revista de Psicologia, N^o1 - Monográfico 2, 2017.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n^o 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

_____. Lei n^o 12.101, de 27 de novembro de 2009.

_____. Lei n^o 12.796, de 4 de abril de 2013.

_____. Lei n^o 13.868, de 3 de setembro de 2019.

_____. Lei n^o 8.662, de 7 de junho de 1993.

_____. Lei n^o 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CAMPOS EB, et al. Conselho Federal de Serviço Social - GT de educação. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011.

CHRISTIANO RM; NUNES NRA. A Família na Contemporaneidade: os desafios para o trabalho do Serviço Social. *Em Debate*, 2013.2, n^o 11, pág. 32-56.

COLÉGIO SANTA CLARA. Nosso Santa Clara. O Santa Clara. Disponível em: > <http://nossosantaclara.com.br/o-santa-clara/><. Acesso em: 21 nov. 2021.

DENTZ MV; SILVA RRD. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. *Serviço Social & Sociedade*, p. 07-31, 2015.

FEVORINI LB; LOMÔNACO JFB. O envolvimento da família na educação escolar dos filhos: um estudo exploratório com pais das camadas médias. *Psicologia da Educação*, n. 28, 2009.

GAZZANA C; SCHMIDT B. Novas configurações familiares e vínculo com animais de estimação em uma perspectiva de família multiespécie..

INSTITUTO BRIDJE . Plano Nacional de Educação: o que é?. Disponível em: ><https://www.politize.com.br/plano-nacional-de-educacao/><. Acesso em: 09 apr. 2022.

LESSA SEC. A educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do assistente social: contribuições para este debate. Serviço Social & Sociedade, p. 106-130, 2013.

MARINHO MLCO Discurso do sujeito coletivo: uma abordagem qualiquantitativa para a pesquisa social. Trabajo Social Global-Global Social Work, v. 5, n. 8, p. 90-115, 2015.

MARTINS EBC. Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania. São Paulo: Editora Unesp, 2012

MEZZAROBÀ CSMO. Manual de metodologia da pesquisa no direito-8. ed- São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

OLIVEIRA ACS, et.al. A inserção do Serviço Social na educação: uma ponte para a afirmação das políticas públicas de inclusão. Revista Includere, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 117-127, Ed. Especial, 2015. Universidade Federal Rural do Semi-Árido Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social.

547

OLIVEIRA EP, et. al. Os Instrumentais Técnico Operativos do Serviço Social Utilizados no Atendimento à População em Situação de Rua: Um Estudo da Atuação do Serviço Social no Atendimento Social Avançado-ASA-Curitiba. Humanidades em Perspectivas, v. 3, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, IP. A atuação do assistente social na educação: uma breve incursão nas demandas e respostas profissionais. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão: 2017.

PIANA, MC. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

PRADA T; GARCIA, MLT. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. Serviço Social & Sociedade [online]. 2017, n. 129], pp. 304-325.

SANTANA AM. Educação Socioambiental: uma perspectiva a partir da Inserção do (a) Assistente Social na escola. Interfaces Científicas-Humanas e Sociais, v. 7, n. 3, p. 9-20, 2019.

SANTOS AM. Serviço Social Na Educação: reflexões acerca das contribuições do assistente social para o fortalecimento da gestão escolar. Serviço Social na Educação:

perspectivas e possibilidades/ Organização de Glaucia Schneider e Maria do Carmo Hernandorena. – Porto Alegre: CMC, 2012. 8op.

SAVIANI D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação- Periódico científico editado pela ANPAE, v. 29, n. 2, 2013.

SOUZA LMR; OLIVEIRA, AL. Algumas Reflexões Frente A Atuação Do Serviço Social Na Política De Educação No Município De Matinhos-Pr. Gestus- Caderno de Administração e Gestão Pública, v. 1, p. 3-19, 2021.

TENÓRIO MD, et. al. Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2005.